

CRISTINA M. M. QUEIROZ
Assistente da Faculdade de Direito de Lisboa

OS ACTOS POLÍTICOS NO ESTADO DE DIREITO

**O problema do controle jurídico
do poder**



LIVRARIA ALMEDINA
COIMBRA - 1990

ÍNDICE

Capítulo 0

Introdução

0.1. A política e o direito como problema: um tema complexo	11
0.2. A possibilidade da sua distinção	18
0.3. Conteúdo e limites da indagação	24

Capítulo I

Constituição e fórmula política

1.1. A “pré-compreensão”: constituição e ordem política	33
1.1.1. Da “ratio status” como critério de aferição do político	36
1.1.2. Do conceito de “soberania” como processo de objectivação, racionalização e institucionalização da razão de Estado	38
1.1.3. Da “ratio status” à “ratio constitutionis”: o problema da legitimação da ordem de domínio	44
1.1.4. (segue): a constitucionalização da ordem política	46
1.2. Os actos políticos no Estado liberal	48
1.2.1. A progressiva relativização do conceito de constituição	48
1.2.2. A problemática da limitação do poder	52
1.2.3. A divisão de poderes como princípio dogmático e como princípio institucional	54
1.2.4. O “Estado legislativo parlamentar” como fórmula política	57

Capítulo II

Função do Estado e função política

2.1. A procura de uma “actividade auxiliar de direito constitucional”	65
2.2. Da actividade <i>do</i> governo à actividade <i>de</i> governo	73

2.3. Da “neutralidade axiológica” do “Estado legislativo parlamentar” à afirmação da existencialidade concreta do “Estado de governo”	75
2.4. A negação da ordem constitucional: o conceito de “totalitarismo”	78
2.5. (segue): o “Estado total do Führer” e o “Estado fascista”	83
2.6. A mutação estrutural e qualitativa da sociedade liberal	91
2.6.1. O conceito de “pluralismo”	91
2.6.2. A(s) formulação(ões) contemporânea(s) da divisão de poderes	97

Capítulo III

Os actos políticos e a função política

3.1. Função política e fórmula política	107
3.1.1. A demarcação da esfera governativa: a distinção entre governo e administração	107
3.1.2. Função política, processo político e programa constitucional	110
3.2. Os actos políticos na ordem constitucional	113
3.2.1. Os termos do problema	113
3.2.2. A teoria dos “actes de gouvernement” na jurisprudência do Conselho de Estado	117
3.2.3. A delimitação entre a esfera do governo e a esfera da administração: a teoria da “execução” da constituição	123
3.2.4. O acto de governo: “un acte introuvable”	126
3.2.5. Os “acts of state” e as “political questions”	128

Capítulo IV

O nervo do problema: o controle jurídico do poder

4.1. A constituição como norma: o princípio da constitucionalidade dos actos jurídico-públicos	135
4.2. A programaticidade da norma constitucional: a expressão de um compromisso plural	137
4.3. Norma programática e função política: determinações dos fins e tarefas gerais do Estado	143
4.4. Função política: elementos para a definição de um conceito	146
4.5. A sua titularidade: conceito de “órgão constitucional”	151
4.5.1. O Governo	153
4.5.2. O Parlamento	155
4.5.3. O Chefe de Estado	159
4.5.4. O <i>status</i> do Tribunal Constitucional	163

Capítulo V*O controle da constitucionalidade dos actos políticos*

5.1. O “processo no governo” e a necessidade de controle do seu exercício	171
5.2. A “racionalização” do controle jurídico do poder	174
5.3. O princípio da “protecção jurídica sem lacunas”: sua efectividade no quadro da Constituição de 1976	176
5.3.1. A dupla redução da insindicabilidade do acto político. Da jurisdição administrativa à jurisdição constitucional	176
5.3.2. O “défice processual” da Constituição de 1976	178
5.3.3. A competência judicial de controle do Tribunal Constitucional. O problema dos actos jurídico-individuais	181
5.3.4. Sobre a (des)conformidade do artº 16º/2 da Lei orgânica do Supremo Tribunal Administrativo com o disposto no artº 268º/3 da Constituição	189

Capítulo VI*Os actos políticos no Estado de direito*

6.1. Estado de direito e fórmula política. O princípio do “Estado de direito democrático” como princípio constitucional imanente	197
6.2. A “constituição normativa” como conceit o superador do estado de tensão entre a “constituição jurídica” e a “constituição efectiva”	201
6.3. Estado de direito e justiça constitucional: “judicialização da política” ou “politização da justiça”?	205
6.4. Actos políticos e Estado de direito: o eterno problema do controle jurídico do poder	216

Bibliografia	221
---------------------------	-----